

resultados
3T16
relações com investidores

RECONHECIMENTO DO RBSE COM BASE NA NOTA TÉCNICA 336/2016 DA ANEEL

São Paulo, 28 de Outubro de 2016 – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do 3T16. As informações financeiras e operacionais dos períodos, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS).

DESTAQUES

- **RBSE: Nota Técnica ANEEL nº 336/2016 - CTEEP** reconheceu **R\$ 8,6** bilhões relativos a remuneração do ativo de concessão do RBSE, com impacto de **R\$ 7,1** bilhões no ativo financeiro, **R\$ 6,3** bilhões na receita operacional líquida, **R\$ 2,1** bilhões nas provisões de IRPJ e CSLL diferidos e **R\$ 4,2** bilhões no lucro líquido. Efeito caixa previsto para iniciar em julho de 2017.
- **Reajuste Anual da Receita (RAP):** Reajuste anual da RAP para o ciclo 2016/2017, conforme Resolução Homologatória nº2.098. A RAP Consolidada passou de R\$ 963,4 milhões, para R\$ 1.035,3 milhões, em julho de 2016, apresentando um incremento de 7,5%, ou R\$ 71,9 milhões.
- **Debêntures de Infraestrutura:** Em 15 de julho de 2016 a CTEEP emitiu R\$ 148,3 milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, nos termos da ICVM 476/2009, abaixo do rico soberano com vencimento em 15/07/2021.
- **Reavaliação do Rating:** em 23 de agosto de 2016, a Fitch Ratings elevou o Rating Nacional Corporativo de Longo Prazo de AA+(bra) para **'AAA(bra)'**, com perspectiva Estável.

Principais Indicadores (R\$ milhões)	IFRS			REGULATÓRIO	
	3T16 RBSE	3T16	3T15	3T16	3T15
Receita Líquida	6.734,9	418,9	457,2	237,4	201,9
EBITDA	6.757,5	441,5	355,4	124,4	96,6
Margem EBITDA	100,3%	105,4%	77,7%	52,4%	47,9%
Lucro Líquido	4.536,3	367,8	276,3	66,1	61,6
Margem Líquida	67,4%	67,4%	60,4%	27,9%	30,5%

Rating - Fitch AAA(bra)

APIMIEC e Teleconferência 31/10/2016 - 10h (Brasília)

Telefones:

Brasil: (+55 11) 3193 1001 ou (+55 11) 2820 4001

USA: (+1 888) 700 0802

Outros: (+1 786) 924 6977

Webcast: www.ctEEP.com.br/ri

SUMÁRIO

A CTEEP	4
Desempenho Operacional.....	5
Reajuste Anual de Receita.....	7
RBSE	8
Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS	11
Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório	17
Investimentos.....	23
Evento Subsequente	24
Mercado de Capitais.....	25
Anexos.....	26
▪ Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS.....	26
▪ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil)	28
▪ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil).....	30
▪ Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil).....	31
▪ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$mil)	32
▪ Anexo VI – Subsidiárias	33
▪ VIII – Balanço Patrimonial Regulatório	34
▪ Anexo IX – Demonstração de Resultado Regulatório.....	36
▪ Anexo X – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira e IEGaranhuns (51% CTEEP)	38

A CTEEP

A CTEEP é uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia do Brasil, atualmente, é responsável pelo transporte anual de cerca de 26% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo.

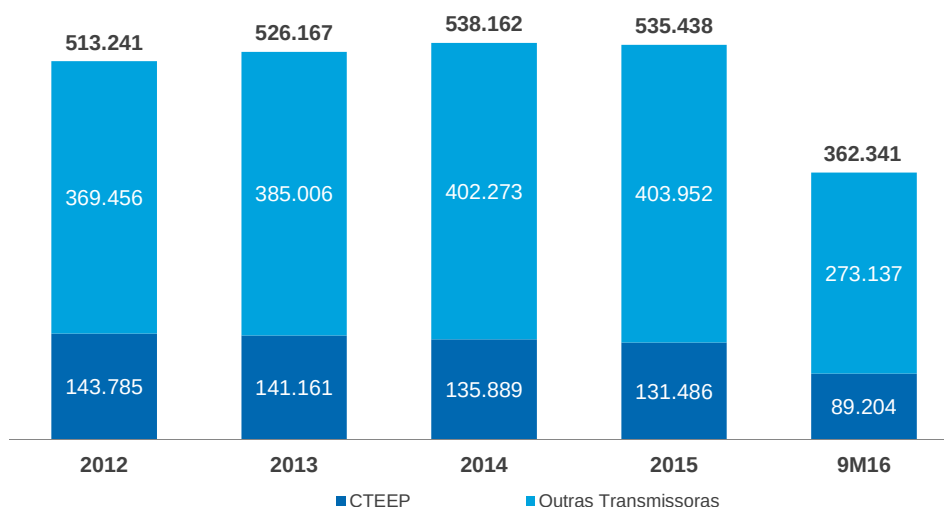
A Companhia está sediada em São Paulo e marca presença, com ativos próprios e por meio de subsidiárias e participações, em 16 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

A Companhia detém participação acionária em empresas constituídas para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica: IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), IEPinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros), IESerra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi), IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns), IEMadeira (Interligação Elétrica do Madeira), IESUL (Interligação Elétrica Sul), IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste) e Evrecy.

A CTEEP e suas subsidiárias têm uma infraestrutura robusta com capacidade instalada de 55.837 MVA de transformação, com 18.399 km de linhas de transmissão, 25.776 km de circuitos, 2.347 km de cabos de fibra óptica próprios e 122 subestações com tensão de até 550 kV. Essa rede é integrada, viabilizando acesso aos clientes livres, bem como à conexão das empresas geradoras e das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

Abaixo é demonstrada a participação, em GWh, da CTEEP no Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2012 ao 3T16.

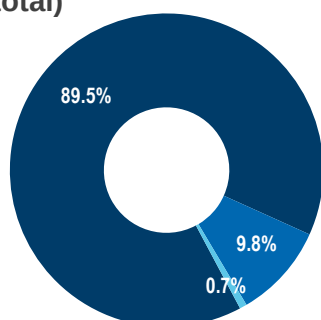
GWh



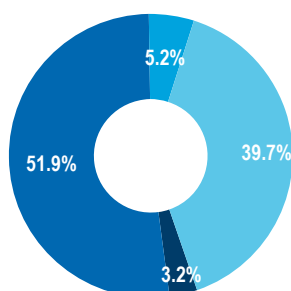
■ Composição Acionária

Controlada pela ISA, importante empresa multilatinha de sistemas de infraestrutura lineares, a CTEEP tem entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo brasileiro de energia elétrica e mais de 60 mil acionistas pessoas física e jurídica de diferentes países, dos quais destacam-se abaixo os detentores de mais de 5% das ações ordinárias ou preferenciais. Das ações preferenciais (TRPL4), 81% estão sendo negociadas por investidores nacionais e 19% por investidores estrangeiros.

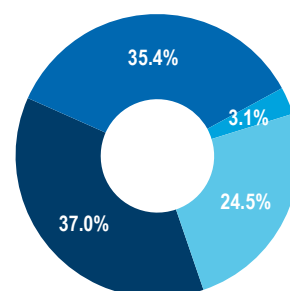
Ações Ordinárias – TRPL3
(39% do Capital Social do total)



Ações Preferenciais – TRPL4
(61% do Capital Social total)



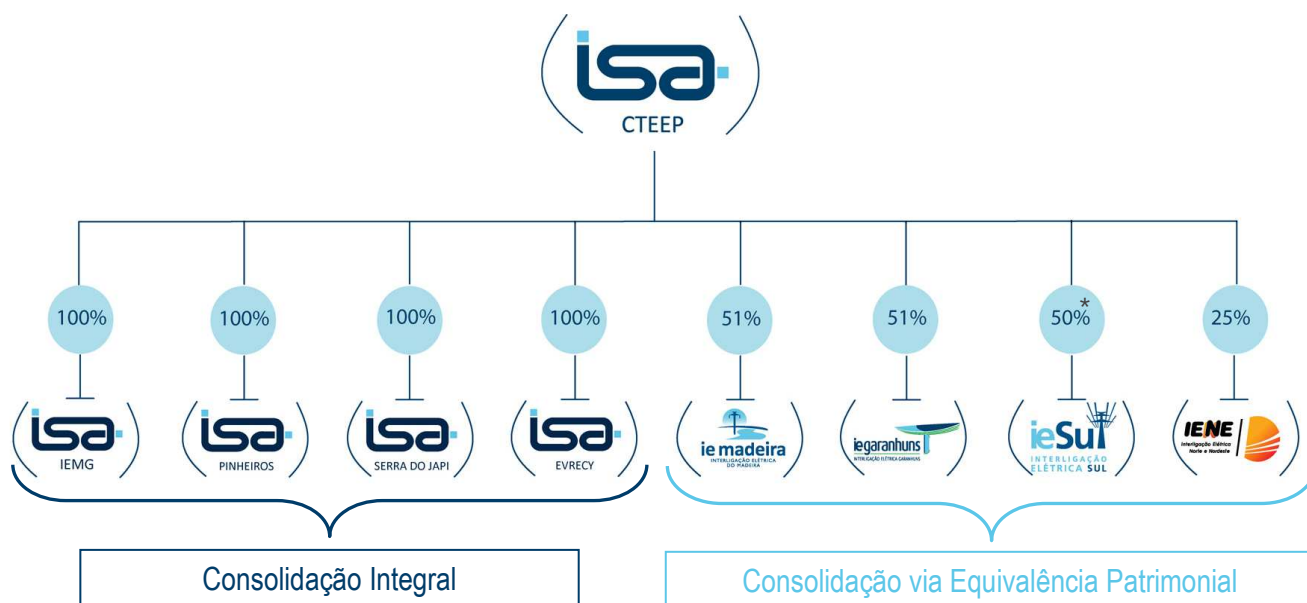
Capital Social Total



■ ISA Capital do Brasil ■ Eletrobras ■ Vinci Ltda ■ Outros

■ Estrutura Societária

A estrutura societária da CTEEP, compreende suas empresas controladas total ou parcialmente, conforme demonstrada abaixo:



(*) 50% mais 1 (uma) ação.

Desempenho Operacional

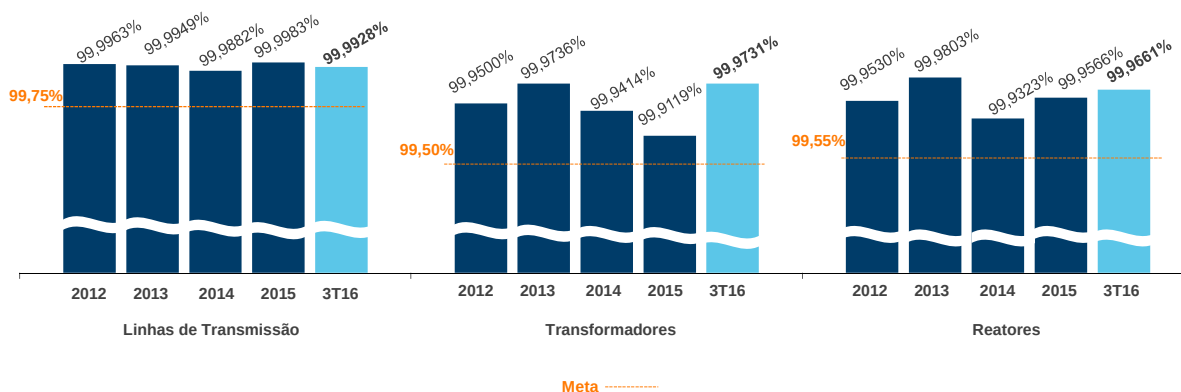
■ Excelência Operacional

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), o sistema elétrico brasileiro é formado por alguns sistemas isolados e pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que atende a mais de 98% da população do Brasil. A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O setor tem seu marco regulatório consolidado pela Lei 10.848/2004, que define as regras de funcionamento e as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O cumprimento dessas regras é fiscalizado pela ANEEL e o foco da Companhia é garantir a eficiência e qualidade na prestação dos serviços de transmissão com rentabilidade. Nesse sentido, a CTEEP também possui o Plano de Otimização de Ativos (POA) e o Programa de Melhorias da Transmissão (PMT), ambos focados no aperfeiçoamento contínuo de seus equipamentos e sistemas.

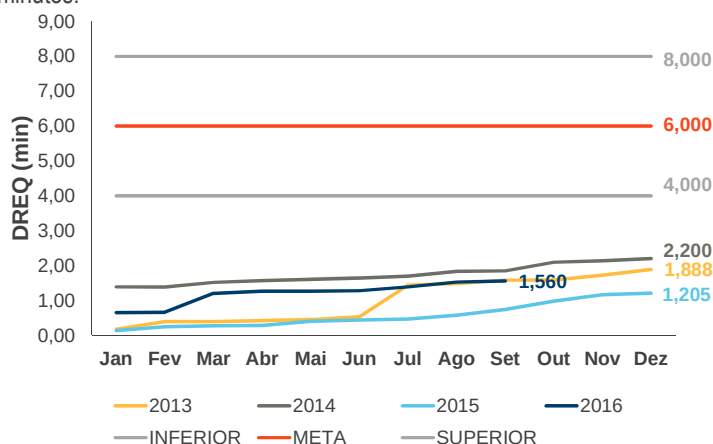
A CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos através da Receita Anual Permitida (RAP). Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar uma queda de sua remuneração, por meio de desconto na receita auferida pela disponibilidade. Os indicadores a seguir apresentam um resumo do desempenho operacional da CTEEP no período de 2012 a setembro de 2016.

Disponibilidade dos Ativos

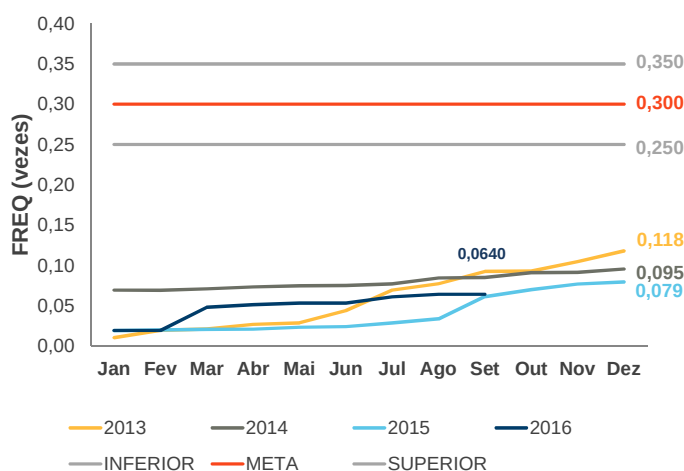


Duração Equivalente de Interrupção (DREQ) –

Tempo equivalente de interrupção da demanda máxima expressa em minutos.



Frequência Equivalente de Interrupção (FREQ) - Número de vezes em que a demanda máxima é interrompida no período.



O índice DREQ dos últimos 12 meses registrado pela CTEEP em 30 de setembro de 2016, foi de 2,03. O índice FREQ dos últimos 12 meses foi de 0,083 vezes (o que significa 1 desligamento de 2 minutos e 3 segundos a cada 12 anos).

Reajuste Anual de Receita

Em 28 de junho de 2016, foi publicada a Resolução Homologatória (REH) nº 2.098 estabelecendo as novas RAPs da CTEEP e suas Subsidiárias pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

De acordo com a REH nº 2.098, a RAP total e os valores correspondentes à parcela de ajuste (PA) e Expansão da CTEEP (contrato nº 059/2001), líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 836,6 milhões em 01 de julho de 2015, passou a ser de R\$ 893,5 milhões em 01 de julho de 2016, apresentando um incremento de 6,7%, ou R\$ 56,8 milhões. A variação decorre:

- i. da correção monetária¹ do ciclo 2015/2016 (IPCA) de R\$ 67,5 milhões;
- ii. da entrada em operação de novos projetos de Reforços e Novas Conexões durante o ciclo 2015/2016, e ao reconhecimento de projetos em Melhorias realizados em 2014 e 2015, majorando a RAP em R\$ 42,4 milhões, sendo, aproximadamente, 56% dos referidos projetos energizados na Rede Básica - RB e 44% nas Demais Instalações de Transmissão – DIT;
- iii. do incremento de R\$ 1,3 milhões de expansão que refere-se a investimentos já autorizados pela ANEEL com previsão de entrada em operação nos próximos ciclos; e
- iv. da variação negativa da parcela de ajuste em relação ao ciclo anterior, de R\$ 54,2 milhões (R\$ 33,2 milhões de PA negativa para ciclo 2016/2017 contra R\$ 21,0 milhões de PA positiva no ciclo 2015/2016), decorrente, principalmente da regularização no ciclo 2015/2016, do pagamento do CAIMI de R\$ 71,2 milhões de 2013 até junho 2015, e pela devolução da antecipação de RAP para o ciclo 2015/2016 no valor de R\$ 54,8 milhões.

A RAP total e os valores correspondentes à PA e Expansão das Controladas (IEMG, IEPinheiros, Serra do Japi e Evrecy) líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 126,6 milhões em 01 de julho de 2015, passou para R\$ 141,9 milhões em 01 de julho de 2016, apresentando incremento de R\$ 15,3 milhões (12,08%), decorrente, principalmente da correção monetária¹ do ciclo 2015/2016.

A RAP total e os valores correspondentes à PA e Expansão das Coligadas (IEMadeira, IEGaranhus, IENNE e IESul) líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 556,2 milhões em 01 de julho de 2015, passou para R\$ 596,8 milhões em 01 de julho de 2016, apresentando um incremento de R\$ 40,6 milhões. A variação decorre, principalmente, da correção monetária¹ do ciclo de R\$ 58,2 milhões.

Na subsidiária IEMadeira, houve o registro da PA negativa para o ciclo 2016/2017 de R\$ 79,9 milhões decorrente: (i) da devolução das antecipações recebidas no ciclo 2015/2016 de R\$ 44,0 milhões, sendo R\$ 25,0 milhões referentes ao contrato 013/2009 e R\$ 19 milhões do contrato 015/2009 e (ii) ao atraso de 30 dias entre maio e junho de 2014, pela disponibilização das instalações de transmissão. A IEMadeira entrou com recurso administrativo e após o reajuste anual da RAP, uma decisão judicial, determinou que a ANEEL não aplicasse a PA até a decisão final do processo administrativo.

A RAP Total da CTEEP, de suas Controladas e Coligadas, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2016 até 30 de junho de 2017 apresenta a seguinte composição:

¹ O IPCA e IGPM acumulados para o período foram de 9,32% e 11,08%, respectivamente.

resultados
3T16
relações com investidores



(R\$ milhões)

CONTROLADORA												
Concessionária	Contrato	Índice	RAP Ciclo 15/16 REH 1.918	Inflação	Reforços Melhorias	RAP Ciclo 16/17 REH 2.098	PA	Expansão	RAP Ciclos futuros*	RAP Ciclo Ciclos futuros*	PA	Expansão
CTEEP	059/2001	IPCA	723,9	67,5	42,4	833,8	(33,2)	92,9	893,5	836,6	21,0	91,6

CONTROLADAS (100% Cteep)												
Concessionária	Contrato	Índice	RAP Ciclo 15/16 REH 1.918	Inflação	Reforços Melhorias	RAP Ciclo 16/17 REH 2.098	PA	Expansão	RAP Ciclos futuros*	RAP Ciclo Ciclos futuros*	PA	Expansão
IEMG	004/2007	IPCA	16,6	1,5	0,0	18,1	(1,2)	0,0	16,9	14,9	(1,7)	0,0
EVRECY	020/2008	IGP-M	12,4	1,4	0,0	13,8	(0,5)	0,0	13,3	13,1	0,7	0,0
IE PINHEIROS	012/2008	IPCA	9,8	0,9	0,0	10,7	(0,3)	0,0	10,3	9,0	(0,8)	0,0
	015/2008		28,9	2,7	2,8	34,4	(2,6)	0,0	31,8	27,0	(3,7)	1,8
	018/2008		3,9	0,4	1,6	5,9	(0,3)	1,6	7,2	4,7	(0,6)	1,4
	021/2011		5,6	0,5	0,0	6,2	(0,2)	0,0	6,0	5,1	(0,5)	0,0
IEJAPI	026/2009	IPCA	34,9	3,3	0,0	38,1	(0,6)	0,0	37,5	34,8	(0,1)	0,0
	143/2001	IGP-M	19,8	2,2	0,0	22,0	(1,6)	0,0	20,4	17,9	(1,9)	0,0
Total			131,9	12,9	4,4	149,1	(7,4)	1,6	143,3	126,5	(8,6)	3,2

COLIGADAS												
Concessionária	Contrato	Índice	RAP Ciclo 15/16 REH 1.918	Inflação	Reforços Melhorias	RAP Ciclo 16/17 REH 2.098	PA	Expansão	RAP Ciclos futuros*	RAP Ciclo Ciclos futuros*	PA	Expansão
IEENNE (25% Cteep)	001/2008	IPCA	40,2	3,7	0,0	43,9	(3,1)	0,0	40,9	36,5	(3,8)	0,0
IESUL (50% Cteep)	013/2008	IPCA	5,4	0,5	0,0	5,9	(0,4)	0,0	5,5	4,5	(0,9)	0,0
	016/2008		9,9	0,9	0,0	10,8	(1,1)	1,5	11,2	10,7	(0,7)	1,5
IEMADEIRA (51% Cteep)	013/2009	IPCA	257,9	24,0	0,0	281,9	(46,1)	0,0	235,9	222,7	(35,1)	0,0
	015/2009		222,9	20,8	0,0	243,7	(33,8)	0,0	209,8	193,5	(29,4)	0,0
IEGARANHUNS (51% Cteep)	022/2011	IPCA	88,3	8,2	0,0	96,5	(3,0)	0,0	93,5	88,3	0,0	0,0
Total			624,6	58,2	0,0	682,8	(87,6)	1,5	596,8	556,2	(69,9)	1,5

(*)Refere-se a RAP com base em investimentos futuros, com Resoluções Autorizativas da ANEEL já emitidas

RBSE

Foi aprovada, em reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de 11 de outubro de 2016, a abertura de Audiência Pública nº 68/2016, para o período de 14 de outubro a 14 de novembro de 2016, com vistas a obter subsídios e informações adicionais para aprimoramento do cálculo do custo de capital a ser adicionado à RAP das concessionárias de transmissão, abrangidas pela Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016. A Audiência Pública tem como base a Nota Técnica nº 336/2016, publicada em 13 de outubro de 2016, que propõe os procedimentos e critérios a serem utilizados no referido cálculo.

A referida Portaria nº 120, determinou que os valores homologados pela ANEEL, através do Despacho nº 4036/2015, relativos à indenização dos ativos não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000 (RBSE), passem a compor a Base de Remuneração Regulatória (BRR) das concessionárias de transmissão de energia elétrica e que seu custo de capital fosse adicionado à RAP. A Portaria determinou que o custo de capital será composto por parcelas de remuneração e depreciação, somados aos devidos tributos e reconhecidos a partir do processo tarifário de 2017, sendo reajustado e revisto conforme as regras dos contratos. A Portaria menciona também, que o custo de capital não incorporado, desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017, deverá ser atualizado pelo custo do capital próprio real (Ke) do segmento de transmissão e, após o processo tarifário, será remunerado pelo Custo Ponderado Médio do Capital (WACC), pelo prazo de 8 anos.

Com a divulgação da Nota Técnica 336/2016, foi possível o remensuramento e contabilização do direito referente às instalações do SE, em 30 de setembro de 2016, pela Companhia, considerando as condições previstas na Portaria nº 120/16 e os valores regulamentados pela Nota Técnica ANEEL nº 336/2016 seguindo orientação do CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e do CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativas.

A Nota Técnica ANEEL 336/2016, considera os valores atualizados até julho de 2017. Para fins de contabilização do RBSE em 30 de setembro de 2016, a Companhia considerou, a partir da metodologia estabelecida pela referida NT, valores corrigidos até o período findo no 3T16, considerando as seguintes premissas:

PREMISSAS (R\$ mil)	Nota Técnica nº 336/16 base Jul/2017	Estimativa CTEEP base Set/2016
Base de Remuneração líquida em 31 de dezembro de 2012	3.896.328	3.896.328
Incorporação à Base de Remuneração Regulatória (BRR)	Julho de 2017	Julho de 2017
Prazo de pagamento da parcela de receita de janeiro de 2013 a junho de 2017	08 anos	08 anos
Prazo de pagamento da parcela remanescente	6,3 anos	6,3 anos
CAAE* + custo de capital de janeiro de 2013 a junho de 2017	5.711.454	4.457.994
CAAE* remanescente	3.114.951	3.348.965
RAP janeiro de 2013 a junho de 2017 - Componente Financeiro	943.183	906.503
RAP referente período remanescente - Componente Econômico	811.316	778.887
Acréscimo de PIS e COFINS a 9,25%, conforme legislação vigente	-	9,25%

*CAAE - Custo Anual dos Ativos Elétricos

O valor do RBSE atualizado até 30 de setembro de 2016, resultou em **R\$ 8.602,7 milhões**, conforme demonstra quadro abaixo, com impacto de R\$ 7.111,7 milhões no ativo financeiro, R\$ 6.316,0 milhões na receita operacional líquida e R\$ 2.147,5 milhões nas provisões de imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$ 4.168,5 milhões no lucro líquido.

Contas a Receber (ativos de concessão) R\$ milhões	Controladora		Consolidado	
	3T16	2015	3T16	2015
O&M	80,6	149,5	90,3	158,7
Contas a receber serviços de O&M	80,6	149,5	90,3	158,7
Ativo Financeiro	1.362,4	1.149,5	2.492,5	2.197,3
Contas a Receber serviços de implementação de infraestrutura	1.336,3	1.137,2	2.398,0	2.111,2
Contas a receber por indenização	26,1	12,3	94,5	86,1
Ativo Reversível - Lei 12.783	8.602,7	1.491,0	8.602,7	1.491,0
Contas a receber (SE)	8.602,7	1.491,0	8.602,7	1.491,0
Total	10.045,8	2.790,0	11.185,5	3.847,0

O reconhecimento do ajuste da Base de Remuneração Regulatória (BRR), é tributável para fins de IR/CSLL concomitante ao efetivo recebimento, em que pese o fato da Companhia entender que o ajuste deve considerar “gross up” na constituição da RAP corrente.

Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS

■ Receita Operacional Bruta

No 3T16, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 7.581,5 milhões, decorrente, substancialmente, da atualização do ativo financeiro do contas a receber do RBSE, no montante de R\$ 7.111,7 milhões conforme descrito acima.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Infraestrutura	49,6	86,3	(42,5%)	103,8	188,8	(45,0%)	51,3	98,9	(48,2%)	111,0	218,5	(49,2%)
Operação e Manutenção	182,2	230,3	(20,9%)	600,4	592,0	1,4%	181,8	232,8	(21,9%)	619,5	613,2	1,0%
Remuneração Ativos de Concessão	118,0	80,4	46,7%	196,4	136,1	44,3%	230,7	167,2	38,0%	356,1	256,3	38,9%
Outras	6,8	6,2	9,2%	20,1	18,0	10,5%	6,0	5,7	6,3%	17,4	16,4	5,8%
Sub-Total	356,6	403,2	(11,6%)	920,6	934,9	(2,4%)	469,8	504,6	(6,8%)	1.104,0	1.104,4	0,1%
Remuneração Ativos de Concessão RBSE	7.111,7	0,0	-	7.111,7	0,0	-	7.111,7	0,0	-	7.111,7	0,0	-
Total	7.468,3	403,2	1752,1%	8.032,3	934,9	759,1%	7.581,5	504,6	1402,4%	8.215,7	1.104,4	644,0%

Receita de Infraestrutura - A receita de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos.

A Receita de Infraestrutura consolidada totalizou R\$ 51,3 milhões no 3T16, queda de 48,2% quando comparada aos R\$ 98,9 milhões do 3T15, decorrente, principalmente, da conclusão de projetos de reforços, da implantação de novas instalações de infraestrutura nas subestações e da recapacitação de linhas de transmissão na Controladora. Nas Controladas, houve redução de receita de infraestrutura devido a fase de implementação da instalação de banco de transformadores, capacitores e reatores na IEPinheiros e Serra do Japi.

Receita dos Serviços de Operação e Manutenção – No 3T16, a Receita de Operação e Manutenção consolidada somou R\$ 181,8 milhões, queda de 21,9% quando comparados aos R\$ 232,8 milhões do 2T15.

Esse queda é justificada, principalmente, pela (i) variação positiva de R\$19,9 milhões referente ao IGPM/IPCA do ciclo da Receita Anual Permitida (RAP) de 2015/2016 para 2016/2017; (ii) redução de entrada em operação de novos projetos no montante de R\$ 11,4 milhões; (iii) variação negativa de R\$ 3,5 referente as antecipações; e (iv) variação negativa da parcela de ajuste no montante de R\$ 56,0 milhões.

Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão - A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o saldo de investimento, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala os recebimentos de caixa futuros estimados para a vida do ativo financeiro em relação ao valor contábil inicial deste ativo.

Excluindo a atualização do valor do contas a receber do RBSE, que impactou em um ajuste no ativo de R\$ 7.111,7 milhões, a Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão consolidada somou R\$ 230,7 milhões no 3T16, aumento de 38,0% comparada ao mesmo período de 2015 quando atingiu R\$ 167,2 milhões, refletindo, principalmente, (i) o ajuste do ciclo da RAP 2016/2017 no montante de R\$ 163,2 milhões no 3T16 em comparação a R\$ 115,6 milhões no 3T15 e, (ii) a atualização do ativo financeiro calculada conforme taxa de juros efetiva de cada projeto.

Outras Receitas - Referem-se a aluguéis com empresas de telecomunicação e prestação de serviços relacionados à manutenção e análises técnicas contratadas por terceiros. No 3T16, estas receitas totalizaram R\$ 6,0 milhões, aumento de 5,7% comparada ao mesmo período de 2015, quando registrou R\$ 5,7 milhões, principalmente pelo aumento de 7,5% nos aluguéis com empresas de telecomunicação

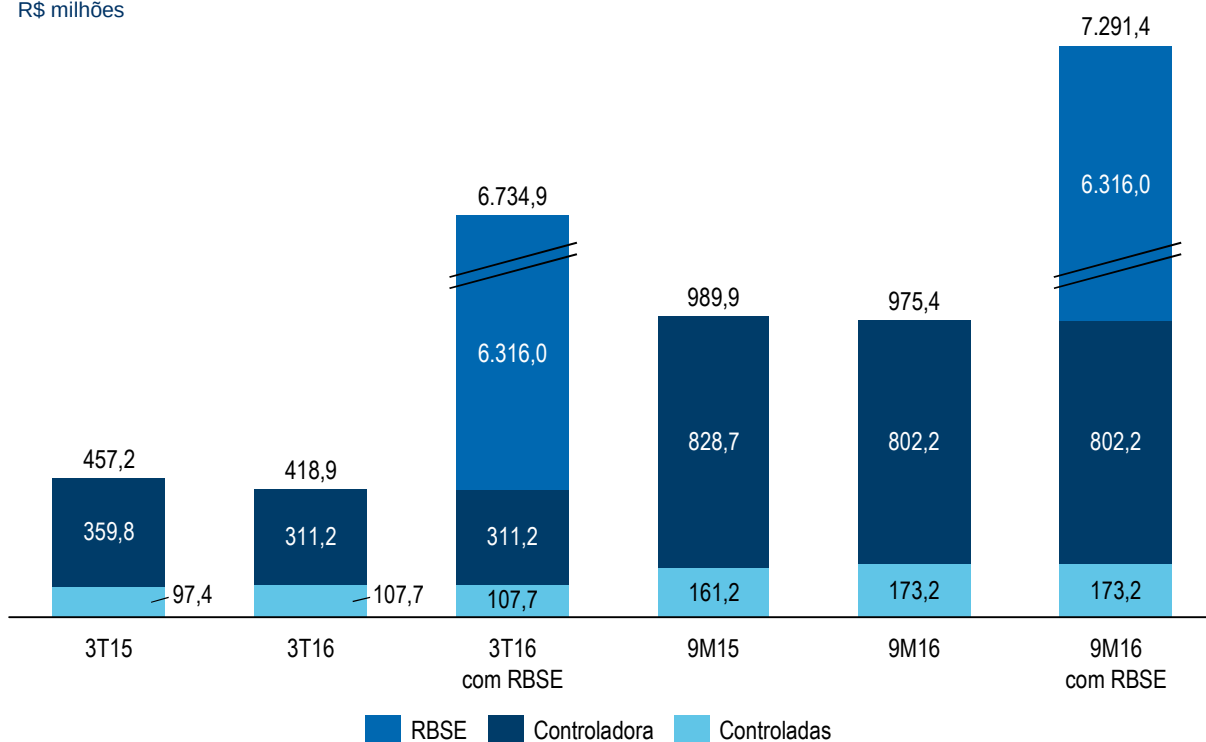
■ Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional consolidada atingiram R\$ 846,6 milhões no 3T16, frente aos R\$ 47,5 milhões do 3T15, trazendo o efeito da provisão de PIS e CONFINS no montante de R\$ 795,8 milhões sobre a remuneração do ativo de concessão do RBSE.

■ Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida no 3T16 atingiu R\$ 6.734,9 milhões, decorrente, principalmente, do reconhecimento da remuneração do ativo de concessão do RBSE no montante de R\$ 6.316,0 milhões.

R\$ milhões



■ Custos e Despesas de O&M e Infraestrutura

Os custos e despesas de O&M no 3T16, registraram R\$ 127,0 milhões, aumento de 10,4% em relação aos R\$ 115,0 milhões do 3T15.

A variação dos custos e despesas traz os efeitos, principalmente, (i) do acréscimo de 4,0% dos custos e despesas de pessoal em decorrência do dissídio coletivo de 9,32% concedido em agosto de 2016, retroativo a junho de 2016, (ii) do aumento de 32,9% em serviços de terceiros, devido, principalmente, aos custos manutenção e conservação de linhas de transmissão e subestações, superiores aos realizados nos períodos anteriores, como substituição de espaçadores, contenção de erosão e tratamento anticorrosivo e, aumento das despesas com consultorias externas administrativas, jurídicas e de tecnologia da informação.

Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M para o período:

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Pessoal	(71,0)	(67,6)	5,0%	(197,1)	(184,0)	7,1%	(73,7)	(70,9)	4,0%	(204,7)	(192,9)	6,1%
Materiais	(2,6)	(2,8)	(8,8%)	(5,4)	(5,9)	(8,9%)	(2,2)	(2,9)	(24,8%)	(5,3)	(6,8)	(22,6%)
Serviços	(31,2)	(23,6)	31,9%	(79,4)	(63,0)	26,1%	(33,7)	(25,4)	32,9%	(84,3)	(68,4)	23,2%
Depreciação	(2,1)	(1,9)	10,4%	(6,1)	(5,8)	5,3%	(2,3)	(2,1)	11,1%	(6,7)	(6,4)	4,8%
Contingências	(1,2)	(0,2)	669,9%	(8,8)	(35,6)	(75,3%)	(1,1)	(0,2)	546,7%	(8,6)	(35,5)	(75,9%)
Outros	(14,3)	(12,1)	18,4%	(44,2)	(36,2)	22,1%	(13,9)	(13,5)	2,8%	(44,4)	(38,8)	14,6%
Total	(122,4)	(108,3)	13,1%	(341,0)	(330,4)	3,2%	(127,0)	(115,0)	10,4%	(353,9)	(348,7)	1,5%

Os custos de infraestrutura consolidados registraram R\$ 46,7 milhões no 3T16, redução de 47,8% em relação ao mesmo período de 2015. Esta variação acompanha a queda na receita de infraestrutura, decorrente da conclusão de projetos de reforços e menor atividade de implantação de infraestrutura.

Custos de Infraestrutura (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Total	(45,0)	(78,3)	(42,5%)	(94,1)	(171,3)	(45,0%)	(46,7)	(89,6)	(47,8%)	(101,1)	(199,0)	(49,1%)

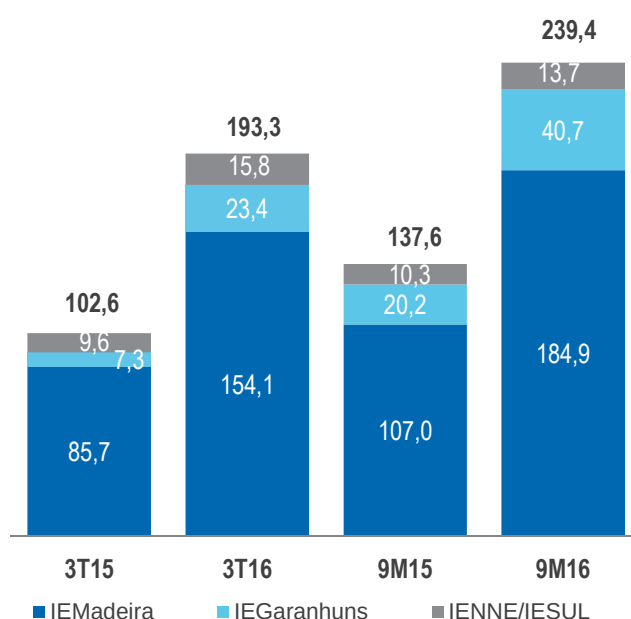
■ Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial no 3T16 registrou receita de R\$ 193,3 milhões, aumento de 88,4% frente à receita de R\$ 102,6 milhões registrado no 3T15.

A variação positiva decorre, principalmente do resultado da subsidiária IEMadeira devido, substancialmente, ao aumento na receita líquida no valor de R\$ 123,0 milhões, principalmente, pelo ajuste de ciclo da RAP 2016/2017.

O crescimento no resultado da subsidiária IEGaranhuns representa o aumento na receita líquida no montante de R\$ 43,7 milhões principalmente, pelo aumento na remuneração do ativo da concessão devido ao ajuste de ciclo da RAP 2016/2017 somado ao recebimento de receita de O&M pela entrada em operação comercial no final de 2015.

(R\$ milhões)



■ Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 25,4 milhões no 3T16, queda de 30,% frente a despesa de R\$ 19,5 milhões registrada no mesmo período de 2015.

A variação reflete, principalmente, o fim das receitas de variação monetária e de juros ativos, referentes à atualização do IPCA + 5,59%, pelo recebimento do contas a receber de ativo reversível pela Lei nº 12.783.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado				
	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15
Rendimento de aplicação financeira/Juros Ativos	10,7	16,3	(34,4%)	32,3	54,1	(40,4%)	17,6	21,9	(19,4%)	49,9	67,2
Variações monetárias líquidas	(5,4)	(8,3)	(34,5%)	(21,6)	15,6	(238,6%)	(5,5)	(8,3)	(33,9%)	(21,4)	15,5
Juros e encargos sobre empréstimos	(32,6)	(30,9)	5,4%	(94,2)	(91,9)	2,4%	(36,8)	(35,2)	2,5%	(107,0)	(105,3)
Outras	(0,7)	2,1	(133,3%)	(0,7)	2,0	(138,1%)	(0,8)	2,1	(138,7%)	(0,9)	1,9
Total	(28,0)	(20,8)	(34,5%)	(84,2)	(20,2)	316,6%	(25,4)	(19,5)	30,3%	(79,4)	(20,6)

■ Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência. A Controladora é tributada no regime do Lucro Real e as controladas são tributadas no regime de Lucro Presumido.

Com a extinção do Regime Tributário de Transição – RTT, por meio da Lei nº 12.973/14, a Companhia efetua ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

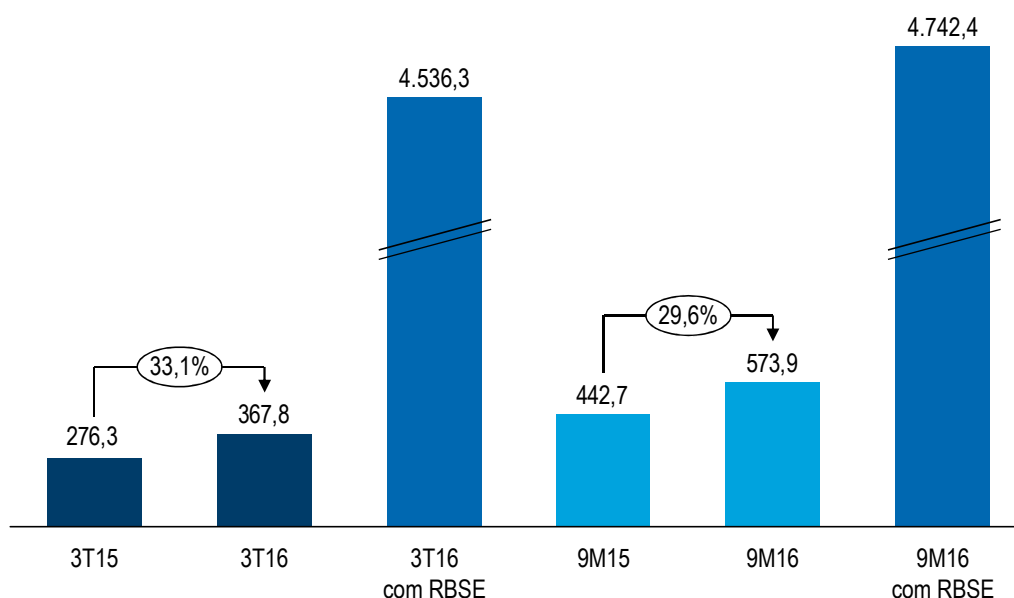
Os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão (ICPC 01), são reconhecidos por competência e oferecidos à tributação pelo regime de caixa (efetivo recebimento), de acordo com a legislação tributária.

Considerando o efeito do reconhecimento da remuneração do ativo de concessão do RBSE, o imposto de renda e contribuição social consolidado registra despesa de R\$ 2.192,8 bilhões no 3T16, decorrente da constituição de provisão de IR/CSLL diferido no montante de R\$ 2.147,4 bilhões. A taxa efetiva de IRPJ/CSLL foi de 32,2% no 3T16, comparado com 15,2% no 3T15, principalmente pela resultado de equivalência patrimonial.

Excluindo o efeito, imposto de renda e contribuição social consolidado geraram despesa de R\$ 45,3 milhões no 3T16, 22,4% inferior a despesa de R\$ 49,4 milhões no 3T15.

■ Lucro Líquido

O Lucro Líquido no 3T16 totalizou R\$ 4.536,3 milhões, comparado a R\$ 276,3 milhões no 3T15, decorrente do impacto de R\$ 4.168,5 milhões do reconhecimento da remuneração do ativo de concessão do RBSE. Excluindo esse efeito, o lucro líquido seria de R\$ 367,8 no 3T16, aumento de 33,1%.



■ EBITDA e Margem EBITDA

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12 foi de R\$ 6.757,5 milhões. Excluindo o efeito do reconhecimento da remuneração do ativo de concessão do RBSE o EBITDA foi de R\$ 441,5 milhões no 3T16, aumento de R\$ 86,1 milhões comparado ao Ebitda de R\$ 355,4 milhões registrado no 3T15.

EBITDA ICVM 527 (R\$ milhões)	Controladora				Consolidado			
	3T16	2T15	9M16	9M15	3T16	2T15	9M16	9M15
Lucro (prejuízo) Líquido	4.531,8	272,0	4.730,4	433,0	4.536,3	276,3	4.742,4	442,7
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	2.188,3	45,8	2.245,0	83,8	2.192,8	49,4	2.252,9	89,4
Resultado financeiro líquido	28,0	20,7	84,2	20,3	25,4	19,5	79,4	20,6
Depreciações e amortizações	2,8	10,0	8,0	30,7	3,0	10,2	8,6	30,7
EBITDA ICVM nº 527/12	6.750,9	348,5	7.067,6	567,8	6.757,5	355,4	7.083,2	583,4
Margem EBITDA ICVM nº 527/12	101,9%	96,9%	99,3%	68,5%	100,3%	77,7%	97,1%	58,9%
Efeitos reconhecimento RBSE	6.316,0	0,0	6.316,0	0,0	6.316,0	0,0	6.316,0	0,0
EBITDA ex reconhecimento RBSE	434,9	348,5	751,6	567,8	441,5	355,4	767,2	583,4

Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório²

O reconhecimento dos valores do RBSE no balanço regulatório pendente do pronunciamento da agência reguladora – ANEEL, através do Despacho de Encerramento anual, onde estabelecerá as regras para os registros contábeis. A Companhia prevê que a contabilização do RBSE, trará efeito no resultado regulatório, a partir do início do recebimento da nova RAP, julho de 2017, conforme NT 336/2016.

Receita Operacional Bruta – Regulatório

No 3T16, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 255,2 milhões, uma redução de 9,2% em relação ao 3T15, quando registrou R\$ 281,0 milhões. Esta redução reflete, principalmente a contabilização da variação negativa da Parcela de Ajuste (PA) da Controladora, em relação ao ciclo anterior em R\$ 54,2 milhões (R\$ 33,2 milhões de PA negativa para ciclo 2016/2017 contra R\$ 21,0 milhões de PA positiva no ciclo 2015/2016), pela regularização no ciclo 2015/2016, do pagamento do CAIMI de R\$ 71,2 milhões, e pela devolução da antecipação de RAP para o ciclo 2015/2016 no valor de R\$ 27,6 milhões.

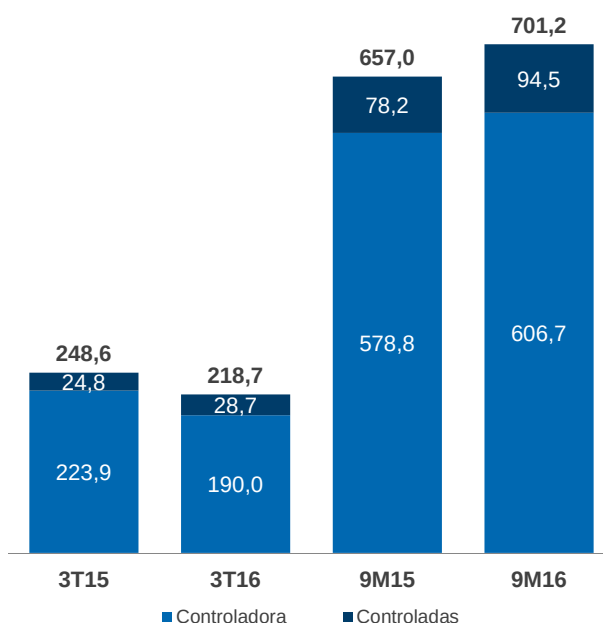
Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Disponibilidade da Rede Elétrica	217,0	248,6	(12,7%)	687,5	644,5	6,7%	249,2	275,3	(9,5%)	791,9	729,6	8,5%
Outras	6,8	6,2	9,2%	20,1	18,0	11,5%	6,0	5,7	6,6%	17,4	16,4	5,8%
Total	223,8	254,8	(12,2%)	707,6	662,5	6,8%	255,2	281,0	(9,2%)	809,3	746,0	8,5%

Deduções da Receita Operacional – Regulatório

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 36,5 milhões no 3T16, aumento de 12,8% comparadas aos R\$ 32,4 milhões no 3T15, devido ao aumento da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE-.

Receita Operacional Líquida – Regulatório

A Receita Operacional Líquida Consolidada no 3T16 atingiu R\$ 218,7 milhões, queda de 12,0% em relação ao mesmo período de 2015 quando registrou R\$ 248,6 milhões.



² Resultado Regulatório: Refere-se aos números provenientes dos demonstrativos contábeis regulatórios da CTEEP e de suas Subsidiárias Controladas, que são auditados somente ao final de cada exercício social pelos auditores independentes (os resultados regulatórios do 3T16 ainda não foram revisados pela auditoria). A principal diferença em relação às demonstrações societárias é a não aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12). O ICPC 01 traz impacto material nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas Subsidiárias, sobretudo no registro dos investimentos realizados nos ativos de transmissão, com reflexo nas contas patrimoniais de "Ativo Financeiro" e "Ativo Imobilizado", e alterações na estrutura e apresentação das Demonstrações de Resultados. Por isso, nosso objetivo na divulgação dessas informações, é meramente de colaborar para o entendimento do negócio da CTEEP.

■ Custos e Despesas de O&M – Regulatório

Os custos e despesas de O&M totais, registraram aumento de 15,0%, em relação ao 3T15, atingindo R\$ 141,9 milhões.

A variação entre custos e despesas traz os efeitos, principalmente, (i) do acréscimo de 4,3% dos custos e despesas de pessoal em decorrência do dissídio coletivo de 9,32% concedido em agosto de 2016, retroativo a junho ; (ii) do aumento de 38,1% em materiais e 37,0% em serviços de terceiros, devido, principalmente, a manutenção e conservação de linhas de transmissão e subestações, superiores aos realizados nos períodos anteriores, como substituição de espaçadores, contenção de erosão e tratamento anticorrosivo e, aumento das despesas com consultorias externas administrativas, jurídicas e de tecnologia da informação.

Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M do período:

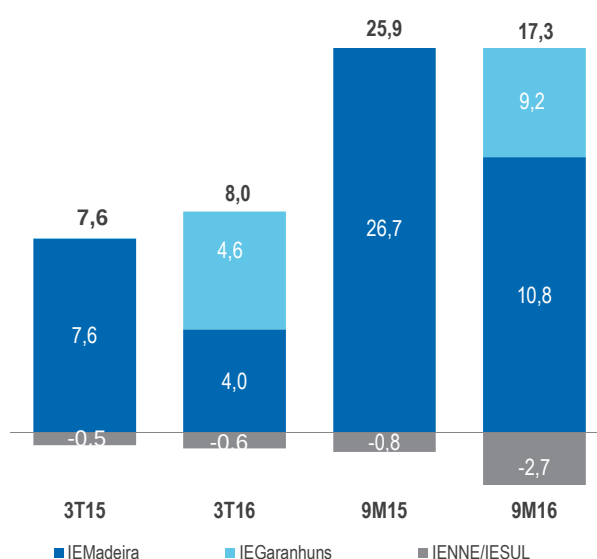
Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Pessoal	(71,1)	(67,5)	5,3%	(196,4)	(184,0)	6,7%	(73,8)	(70,8)	4,3%	(203,9)	(192,9)	5,7%
Materiais	(3,1)	(2,3)	37,8%	(9,1)	(6,0)	51,0%	(3,2)	(2,3)	38,1%	(9,4)	(6,3)	49,1%
Serviços	(31,5)	(23,0)	36,9%	(78,4)	(63,1)	24,4%	(33,6)	(24,5)	37,0%	(82,8)	(67,7)	22,2%
Depreciação	(8,6)	(6,4)	34,4%	(24,0)	(18,2)	32,1%	(15,4)	(12,9)	19,3%	(43,9)	(37,3)	17,5%
Contingências	(1,2)	(0,2)	635,0%	(8,7)	(35,6)	-75,5%	(1,0)	(0,2)	513,6%	(8,5)	(35,5)	-76,1%
Outros	(14,4)	(12,1)	18,8%	(44,2)	(36,2)	22,2%	(14,8)	(12,7)	17,0%	(46,0)	(37,9)	21,5%
Total	(129,9)	(111,4)	16,5%	(360,9)	(343,0)	5,2%	(141,9)	(123,4)	15,0%	(394,3)	(377,7)	4,4%

■ Equivalência Patrimonial – Regulatório

O resultado da equivalência patrimonial no 3T16 registrou receita de R\$ 8,0 milhões. A variação reflete, principalmente o resultado da subsidiária IEGaranhuns de R\$ 4,6 milhões decorrente da entrada em operação comercial no final de 2015, além da contabilização do ajuste do ciclo da RAP 2016/2017.

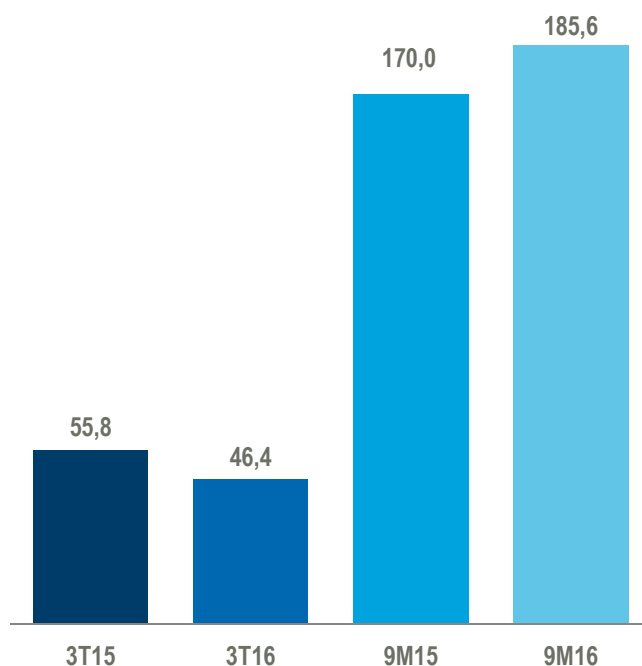
A redução no resultado do IEMadeira, decorre, principalmente, (i) da redução na receita líquida, pela PA negativa da RAP para o ciclo 2016/2017, (ii) aumento nas despesas de juros sobre empréstimos do BNDES e debêntures.

(R\$ milhões)



■ Lucro Líquido – Regulatório

O lucro líquido no 3T16 atingiu R\$ 46,4 milhões, um queda de 16,8% em relação ao mesmo período de 2015 quando registrou R\$ 55,8 milhões.



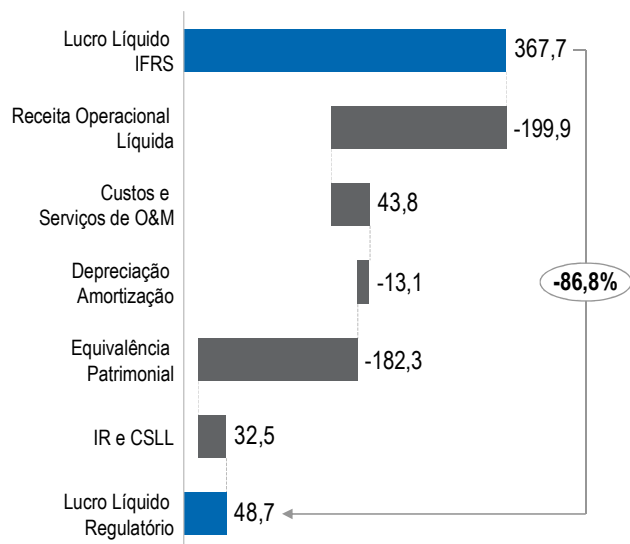
■ EBITDA e Margem EBITDA ICVM 527/12 – Regulatório

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 100,0 milhões no 3T16, aumento de R\$ 43,4 milhões comparado ao Ebitda registrado no 3T15 de R\$ 143,5 milhões. A margem EBITDA no 3T16 alcançou 45,8% no trimestre.

EBITDA (R\$ milhões)	Controladora				Consolidado			
	3T16	3T15	9M16	9M15	3T16	3T15	9M16	9M15
Lucro (prejuízo) Líquido	41,8	51,5	173,6	160,3	46,4	55,8	185,6	170,0
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	10,9	45,8	52,8	83,9	13,0	47,3	58,2	87,8
Resultado financeiro líquido	28,0	20,7	84,2	20,3	25,4	19,5	79,4	20,6
Depreciações e amortizações	8,6	14,5	24,0	42,4	15,4	21,0	43,9	61,5
EBITDA ICVM nº 527/12	89,4	132,5	334,6	306,9	100,1	143,5	367,1	340,0
Margem EBITDA ICVM nº 527/12	47,0%	59,2%	55,2%	53,0%	45,8%	57,7%	52,4%	51,7%

■ Comparativo Lucro Líquido IFRS (ex- RBSE) vs Regulatório

As principais variações entre o resultado Consolidado em IFRS e Regulatório no 3 T16 estão apresentadas abaixo:



Receita Operacional Líquida: Reconhecimento de Receita de Infraestrutura de R\$ 51,3 milhões e da Receita dos Ativos da Concessão de R\$ 230,7 milhões, combinado com a reclassificação da Receita de O&M de R\$ 67,4 milhões e PIS e CONFINS Diferido de R\$ 14,7 milhões, totalizando o ajuste de R\$ 199,9 milhões.

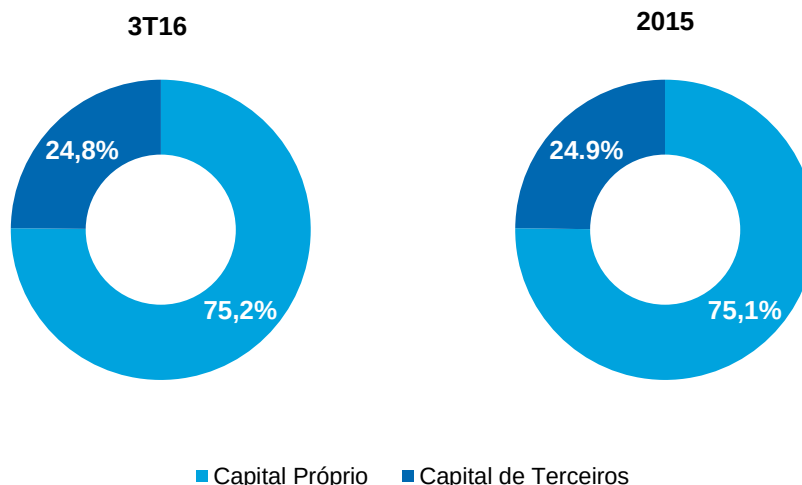
Custos de Infraestrutura e O&M: Reconhecimento de Custos de implementação de Infraestrutura e de O&M totalizando o ajuste de R\$ 43,8 milhões.

Depreciação e Amortização: Reversão dos Ativos Financeiros da Concessão em R\$ 13,1 milhões.

Equivalência Patrimonial: Ajustes nas controladas pela adoção do IFRIC 12 que impactam, principalmente, a contabilização das receitas de Infraestrutura e dos Ativos da Concessão.

IR & CSLL: a partir de 2015 a base de tributação do IR/CSLL é o IFRS com reconhecimento de imposto diferido sobre os resultados de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão reconhecidos por competência e oferecidos a tributação pelo efetivo recebimento.

Estrutura de Capital



Endividamento*

A dívida bruta consolidada em 30 de setembro de 2016 somou R\$ 1.229,4 milhões, aumento de 12,1% em relação ao final de 2015 quando registrou R\$ 1.096,7 milhões, refletindo, principalmente, a emissão de R\$ 148,3 milhões de debêntures de infraestrutura utilizada exclusivamente para reembolso de custos incorridos ou para investimentos nos projetos das subsidiárias IEGaranhuns e IEMadeira.

As disponibilidades da CTEEP consolidada somavam R\$ 574,9 milhões, em 30 de setembro de 2016, aumento de 28,8% em comparação ao registrado em 31 de dezembro de 2015 quando atingiu R\$ 446,2 milhões, decorrente, principalmente, do aumento nas aplicações financeiras pela entrada do recurso das debêntures de infraestrutura em agosto de 2016.

Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 654,5 milhões, apresentando aumento de 0,6% em relação à dívida líquida ao final de 2015.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	2015	3T16	Δ%
Dívida Bruta	1.096,7	1.229,4	12,1%
Curto Prazo	251,9	276,4	9,7%
Longo Prazo	844,8	953,0	12,8%
Disponibilidades CTEEP e Controladas	267,4	417,4	56,1%
Dívida Líquida CTEEP e Controladas	829,3	812,0	-2,1%
Disponibilidades Controladas em Conjunto*	178,8	157,5	-11,9%
Dívida Líquida Consolidada	650,5	654,5	0,6%

(*) Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados para investimento pelas empresas controladas e controladas em conjunto, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

Os principais indicadores financeiros (*covenants*) que a CTEEP está submetida são estabelecidos pela 1ª emissão de debêntures simples e pelos contratos de financiamentos com o BNDES:

- Debêntures:** os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado $\leq 3,5$ e EBITDA Ajustado Debêntures/Resultado financeiro $\geq 3,0$, apurado trimestralmente. Os *covenants* e as exigências estabelecidas na 1ª Emissão de Debêntures Simples da CTEEP estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia.
- Contratos de financiamento com BNDES (válidos para o ano de 2016):** os indicadores financeiros máximos exigidos nos contratos são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 4,5$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá

consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

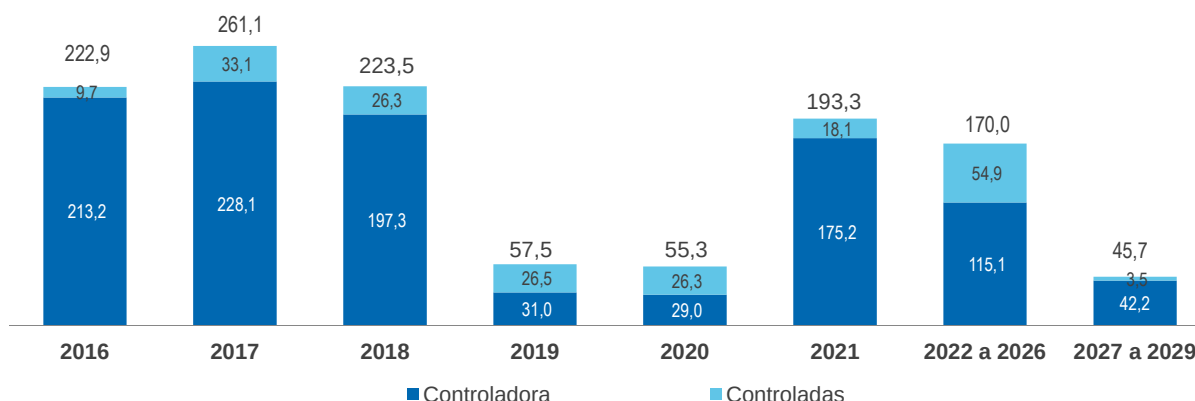
A **3ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento integral dos indicadores financeiros contidos nos contratos de financiamento de BNDES. Os *covenants* e as exigências estabelecidas na 3ª Emissão de Debêntures da CTEEP estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado < 3,5 e EBITDA Ajustado/Resultado financeiro > 1,5 até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017.

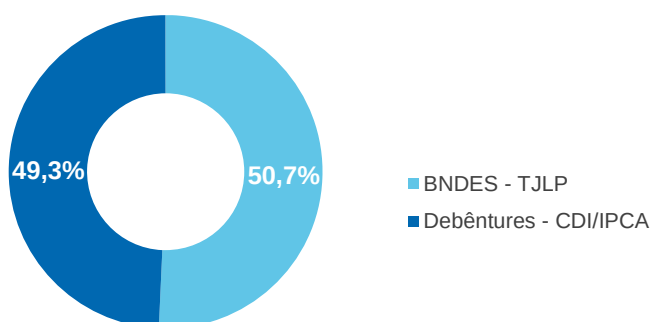
O **custo médio** da dívida consolidada passou de 12,5 % a.a. em 31 de dezembro de 2015 para 12,9% em 30 de setembro de 2016. O IPCA acumulado dos últimos 12 meses foi de 8,97% e, o CDI anualizado de setembro de 2016, foi 14,14%. O prazo médio da dívida consolidada em 30 de setembro de 2016 era de 2,9 anos, maior que o prazo de 2,7 anos apurados no final de 2015.

Abaixo, está demonstrado o cronograma de amortização do endividamento consolidado (Controladora e Controladas), a composição pelas contratações e seus respectivos indexadores.

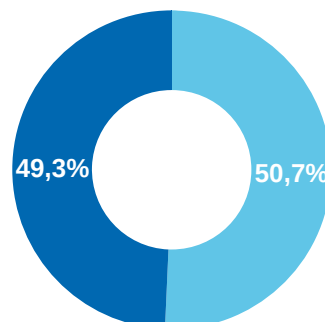
R\$ milhões



Contratação da Dívida e Indexação
3T16



Contratação da Dívida e Indexação
2015



(*) A abertura completa do endividamento da CTEEP de suas controladas e controladas em conjunto estão nos ANEXOS deste documento.

Investimentos

Até 30 de setembro de 2016, a CTEEP investiu um total de R\$ 130,9 milhões sendo: (i) R\$ 73,5 milhões em reforços, novas conexões, modernizações e melhorias, que geram receita adicional à Companhia a partir da energização de cada projeto de investimento; (ii) R\$ 33,1 milhões de investimentos via subsidiárias para finalização de obras do projeto original, assim como de eventuais melhorias, reforços e novas conexões, que contribuirão para a geração de receita adicional à Companhia; e (iii) R\$ 24,2 milhões em capitalização de pessoal, projetos corporativos e de telecomunicação.

A Companhia realizou investimentos até 30 de setembro de 2016, abaixo do projetado, devido a pendências de licenciamento ambiental e projetos suspensos judicialmente, por pleitos da CTEEP para análise detalhada de escopo, possibilidade de execução e rentabilidade adequada.

Desta forma, a CTEEP revisou seus investimentos para R\$ 288,4 milhões em 2016, sendo que a previsão de realização para o último trimestre do ano é de R\$ 157,5 milhões.

Plano de Investimentos <i>R\$ (milhões)</i>		Projeção 2016	Revisão da Projeção 2016	Var %
CTEEP <i>(Investimentos na Controladora)</i>				
Reforços e Novas Conexões		266,6	78,9	-70%
Modernizações e Melhorias		55,8	51,2	-8%
Projeto TELECOM		1,1	0,0	-100%
Corporativo		7,9	10,9	39%
Capitalização de Pessoal		25,6	29,1	14%
Subtotal CTEEP		356,9	170,1	-52%
SUBSIDIÁRIAS <i>(Investimentos totais ponderados pela participação da CTEEP)</i>				
IEMG	100%	4,6	4,6	0%
IENNE	25%	0,7	0,7	0%
IEPinheiros	100%	4,1	4,1	0%
IESul	50%	7,9	7,9	0%
IEMadeira	51%	81,9	81,9	0%
Serra do Japi	100%	7,3	7,3	0%
IEGaranhuns	51%	10,1	10,1	0%
Evrecy	100%	1,6	1,6	0%
Subtotal Subsidiárias		118,3	118,3	0%
TOTAL		475,2	288,4	-39%



Evento Subsequente

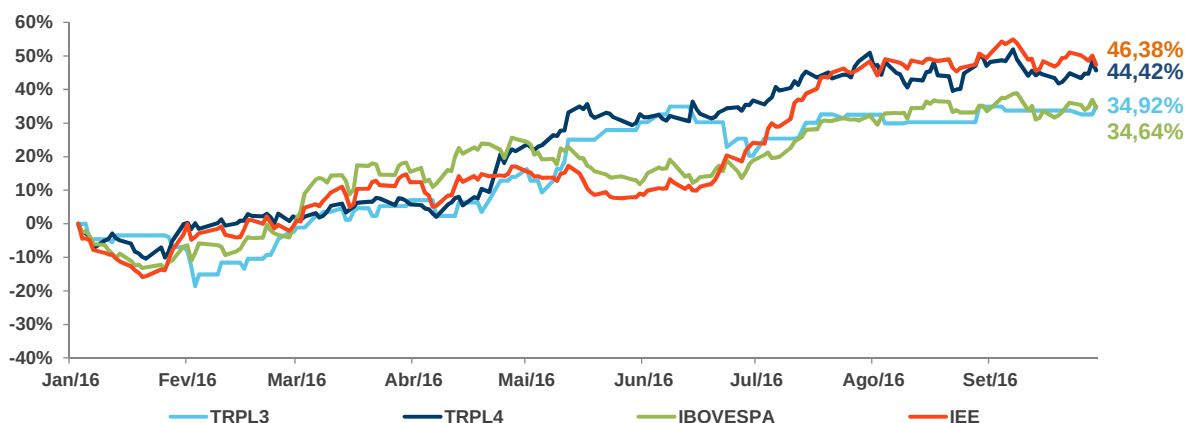
■ Nota Técnica ANEEL nº336/2016

Em 14 de outubro de 2016, conforme fato relevante divulgado, foi publicada pela ANEEL a Nota Técnica nº 336/2016 com o objetivo de apresentar proposta de regulamentação para o cálculo da RAP das concessionárias de transmissão de energia elétrica, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e em consonância com a Portaria MME no 120/2016. A referida Nota Técnica foi submetida a Audiência Pública, a partir de 14 de outubro de 2016.

Com o advento da NT 336/2016, a Administração da CTEEP, a partir dos valores e prazos divulgados na referida NT, preparou sua melhor estimativa, sendo possível o remensuramento e contabilização em IFRS, do direito referente as instalações do RBSE, em 30 de setembro de 2016.

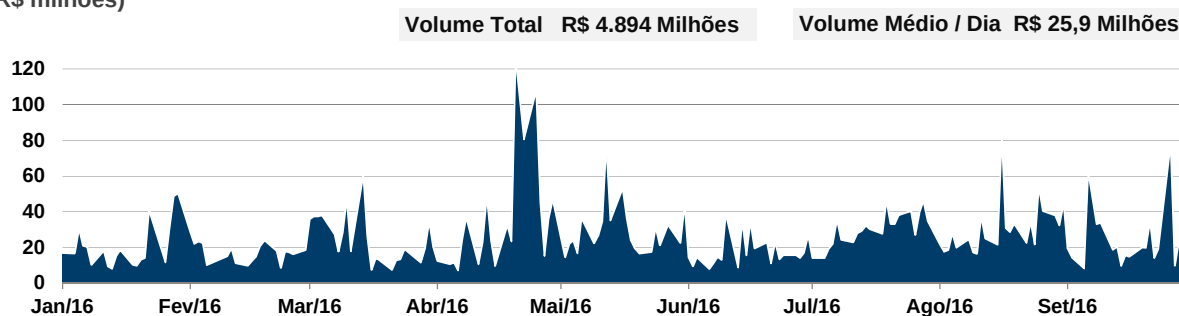
Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram em 30 de setembro de 2016 cotadas a R\$ 58,00 e R\$ 66,00, o que representa uma variação de 34,92% e 44,42%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2015. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma valorização de 34,64% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) de 46,38%. Máxima histórica da TRPL4 de R\$ 71,48 em 24/10/2016



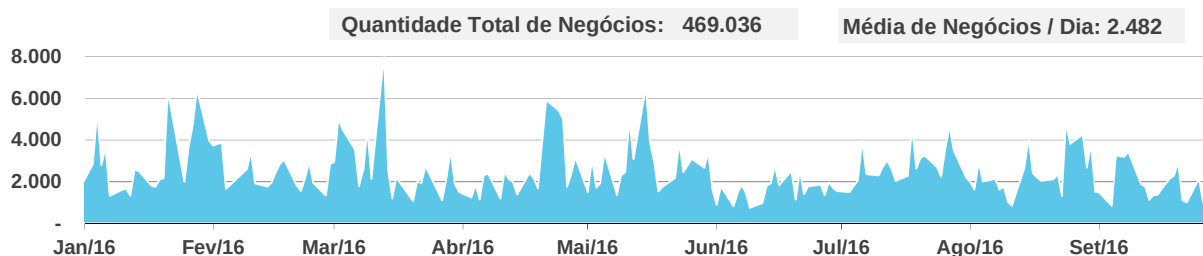
Durante os primeiros nove meses de 2016, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 25,9 milhões.

Volume Financeiro Negociado até 30/09/2016 (R\$ milhões)



Com uma média diária de 2.482 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 469 mil negócios no 9M16.

Quantidade de Negócios até 30/09/2016 (unidades)



Anexos

Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.587	3.120	4.503	6.135
Aplicações Financeiras	347.994	230.855	570.381	440.054
Contas a Receber	601.486	220.566	723.438	319.961
Estoques	35.540	38.787	37.205	40.476
Tributos Correntes	57.080	4.928	57.350	5.763
Despesas Antecipadas	9.592	6.037	9.631	6.057
Outros	46.670	79.366	47.778	80.380
	1.099.949	583.659	1.450.286	898.826
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	9.444.300	2.569.403	10.462.117	3.526.968
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.091.074	965.920	1.091.074	965.920
Benefício Fiscal - ágio incorporado	0	586	0	586
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	183.809	0	183.809
Cauções e Depósitos Vinculados	75.108	66.252	75.117	66.268
Estoques	25.891	27.948	31.922	29.675
Outros	8.491	9.249	21.367	21.308
	10.644.864	3.823.167	11.681.597	4.794.534
Investimentos	2.773.596	2.394.590	1.813.567	1.572.640
Imobilizado	24.759	23.163	24.795	23.194
Intangível	15.576	22.649	40.009	49.509
	2.813.931	2.440.402	1.878.371	1.645.343
Total do Ativo	14.558.744	6.847.228	15.010.254	7.338.703

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	32.535	32.530	71.275	71.070
Debêntures	205.168	180.782	205.168	180.782
Fornecedores	31.696	31.824	34.385	34.950
Tributos e Encargos sociais a recolher	78.291	26.825	80.867	28.417
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	17.216	16.200	17.216	16.200
Encargos Regulatórios a recolher	11.838	21.442	11.908	21.821
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	2.457	2.156	2.457	2.156
Provisões	37.913	28.828	39.166	29.757
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.086	6.144	6.086	6.144
Outros	17.166	21.849	21.129	31.014
	440.366	368.580	489.657	422.311
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	285.506	306.076	444.884	485.239
Debêntures	508.097	359.573	508.097	359.573
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	121.947	126.897	121.947	126.897
PIS e COFINS diferidos	921.025	107.741	965.185	149.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.006.878	0	2.045.108	35.801
Encargos Regulatórios a recolher	34.010	28.783	36.944	31.194
Provisões	162.848	189.320	162.848	189.612
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
Total exigível a longo prazo	4.064.364	1.142.443	4.309.066	1.401.391
Participação de Acionista não Controlador	0	0	157.517	178.796
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.372.437	2.215.291	2.372.437	2.215.291
Reservas de Capital	1.217.583	1.277.356	1.217.583	1.277.356
Reservas de Lucros	1.842.892	1.842.892	1.842.892	1.842.892
Lucros/Prejuízos Acumulados	4.620.436	0	4.620.436	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	10.054.014	5.336.205	10.054.014	5.336.205
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	14.558.744	6.847.228	15.010.254	7.338.703

■ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil)

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora					
	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Receita Operacional Bruta	7.468.262	403.231	1752,1%	8.032.375	934.970	759,1%
Infraestrutura	49.584	86.296	(42,5%)	103.774	188.828	(45,0%)
O&M	182.177	230.290	(20,9%)	600.380	591.986	1,4%
Ativos de concessão	7.229.710	80.427	8889,2%	7.308.128	136.127	5268,6%
Outras	6.791	6.218	9,2%	20.093	18.029	11,4%
Deduções à Receita Operacional	(841.050)	(43.445)	1835,9%	(914.204)	(106.270)	760,3%
Receita Operacional Líquida	6.627.212	359.786	1742,0%	7.118.171	828.700	759,0%
Custos e Despesas Operacionais	(167.387)	(186.533)	(10,3%)	(435.087)	(501.694)	(13,3%)
Pessoal	(76.873)	(74.483)	3,2%	(211.560)	(199.094)	6,3%
Material	(27.521)	(36.656)	(24,9%)	(58.570)	(91.760)	(36,2%)
Serviços	(45.346)	(61.251)	(26,0%)	(105.892)	(133.279)	(20,5%)
Outros	(17.647)	(14.143)	24,8%	(59.065)	(77.561)	(23,8%)
Resultado Bruto	6.459.825	173.253	3628,5%	6.683.084	327.006	1943,7%
Equivalência Patrimonial	288.454	175.297	64,6%	377.596	236.207	59,9%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(190)	(10.065)	(98,1%)	(1.068)	(26.072)	(95,9%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	6.748.089	338.485	1893,6%	7.059.612	537.141	1214,3%
Resultado Financeiro	(27.961)	(20.686)	35,2%	(84.215)	(20.315)	314,5%
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	10.711	16.319	(34,4%)	32.251	54.073	(40,4%)
Resultado de Variação monetária líquida	(5.406)	(8.254)	(34,5%)	(21.567)	15.563	(238,6%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(32.556)	(30.881)	5,4%	(94.151)	(91.912)	2,4%
Outras	(710)	2.130	(133,3%)	(748)	1.961	(138,1%)
Lucro operacional	6.720.128	317.799	2014,6%	6.975.397	516.826	1249,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(2.188.342)	(45.822)	4675,7%	(2.244.961)	(83.843)	2577,6%
Corrente	(9.721)	(27.307)	(64,4%)	(54.274)	(65.162)	(16,7%)
Diferido	(2.178.621)	(18.515)	11666,8%	(2.190.687)	(18.681)	11626,8%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	4.531.786	271.977	1566,2%	4.730.436	432.983	992,5%
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	0	0	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.531.786	271.977	1566,2%	4.730.436	432.983	992,5%

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Receita Operacional Bruta	7.581.542	504.634	1402,4%	8.215.713	1.104.428	643,9%
Infraestrutura	51.298	98.944	(48,2%)	111.022	218.498	(49,2%)
O&M	181.792	232.769	(21,9%)	619.474	613.167	1,0%
Ativos de concessão	7.342.426	167.249	4290,1%	7.467.843	256.328	2813,4%
Outras	6.026	5.672	6,2%	17.374	16.435	5,7%
Deduções à Receita Operacional	(846.623)	(47.456)	1684,0%	(924.304)	(114.563)	706,8%
Receita Operacional Líquida	6.734.919	457.178	1373,2%	7.291.409	989.865	636,6%
Custos e Despesas Operacionais	(173.620)	(204.568)	(15,1%)	(455.020)	(547.712)	(16,9%)
Pessoal	(79.530)	(77.885)	2,1%	(219.303)	(208.828)	5,0%
Material	(27.236)	(46.354)	(41,2%)	(58.923)	(108.337)	(45,6%)
Serviços	(48.139)	(64.473)	(25,3%)	(113.403)	(149.428)	(24,1%)
Outros	(18.715)	(15.856)	18,0%	(63.391)	(81.119)	(21,9%)
Resultado Bruto	6.561.299	252.610	2497,4%	6.836.389	442.153	1446,2%
Equivalência Patrimonial	193.318	102.618	88,4%	239.363	137.596	74,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(190)	(10.065)	(98,1%)	(1.068)	(26.999)	(96,0%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	6.754.427	345.163	1856,9%	7.074.684	552.750	1179,9%
Resultado Financeiro	(25.374)	(19.471)	30,3%	(79.429)	(20.637)	284,9%
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	17.597	21.895	(19,6%)	49.895	67.220	(25,8%)
Resultado de Variação monetária líquida	(5.452)	(8.278)	(34,1%)	(21.431)	15.493	(238,3%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(36.754)	(35.173)	4,5%	(106.968)	(105.299)	1,6%
Outras	(765)	2.085	(136,7%)	(925)	1.949	(147,5%)
Lucro operacional	6.729.053	325.692	1966,1%	6.995.255	532.113	1214,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(2.192.753)	(49.440)	4335,2%	(2.252.857)	(89.372)	2420,8%
Corrente	(11.744)	(28.751)	(59,2%)	(59.741)	(69.064)	(13,5%)
Diferido	(2.181.009)	(20.689)	10441,9%	(2.193.116)	(20.308)	10699,3%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	4.536.300	276.252	1542,1%	4.742.398	442.741	971,1%
Participação do Acionista não Controlador	(4.514)	(4.275)	100,0%	(11.962)	(9.758)	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.531.786	271.977	1566,2%	4.730.436	432.983	992,5%

■ **Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)**

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	9M16	9M15	9M16	9M15
Caixa Líquido Atividades Operacionais	44.876	412.566	123.597	447.283
Caixa Gerado nas Operações	322.804	387.822	491.510	504.352
Lucro Líquido	4.730.436	432.984	4.742.398	432.984
Atualização do Contas a Receber Lei 12.783 -SE	(7.111.714)		(7.111.714)	
PIS e COFINS diferidos	813.283	22.447	816.163	25.353
Depreciação e Amortização	6.109	5.804	6.672	6.368
IR e CSLL diferidos	2.190.687	18.680	2.193.116	20.307
Demandas Judiciais	(49.034)	24.837	(49.326)	24.800
Custo residual do ativo imobilizado	4.430	50	4.447	50
Benefício fiscal - ágio incorporado	24	22.415	24	22.415
Amortização ativo de concessão na aquisição da controlada	1.868	1.868	1.868	1.868
Realização perda em controlada em conjunto	(1.714)	(1.760)	(1.714)	(1.760)
Resultado de equivalência patrimonial	(377.596)	(236.208)	(239.363)	(137.597)
Juros e variações monetárias e cambiais s/ ativos e passivos	116.026	96.704	128.940	109.563
Variações nos Ativos	-313.775	376	-399.509	-68.395
Contas a receber	(144.103)	101.769	(225.198)	23.732
Estoques	5.304	13.264	1.024	12.845
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(125.154)	(104.709)	(125.154)	(104.709)
Tributos e contribuições a compensar	(52.152)	(28.578)	(51.587)	(28.578)
Cauções e depósitos vinculados	(80)	3.131	(73)	3.131
Outros	2.410	15.499	1.479	25.184
Variações nos Passivos	35.847	24.368	31.596	11.326
Fornecedores	(128)	(16.497)	(565)	(30.696)
Tributos e encargos sociais a recolher	51.466	57.864	52.450	58.215
Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	(12.568)	(11.580)	(12.568)	(11.580)
Encargos Regulatórios a recolher	(7.268)	(13.219)	(7.187)	(13.237)
Provisões	9.085	6.884	9.409	7.636
valores a pagar FUNCESP	(58)	318	(58)	318
Outros	(4.682)	598	(9.885)	670
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-95.715	-91.448	-142.169	-93.450
Aplicação Financeira	(117.139)	(9.496)	(130.327)	(56.449)
Transações com acionistas não controladores	0	0	(33.241)	39.258
Imobilizado	(5.062)	(1.097)	(5.085)	(1.097)
Intangível	0	(633)	(3)	(857)
Investimentos	(1.564)	(91.904)	(1.564)	(74.304)
Dividendos Recebidos	28.050	11.682	28.050	(1)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	49.306	-318.798	16.941	-352.100
Adições de empréstimos	148.930	30.000	148.930	30.000
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(87.298)	(207.370)	(119.663)	(240.672)
Dividendos pagos	(109.699)	(141.428)	(109.699)	(141.428)
Aumento de Capital	97.373		97.373	
Variação de Caixa e Equivalentes	-1.533	2.319	-1.632	1.732
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.120	1.390	6.135	4.696
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.587	3.709	4.503	6.428

■ **Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)**

Fontes	Encargos	Vencimentos	3T16	2015
BNDES	TJLP + 1,8% ano	15/03/29	234.780	246.316
	3,50% a.a.	15/01/24	74.807	82.538
	4,00% a.a.	15/08/18	147	204
	6,00% a.a.	15/11/19	7.299	9.029
	TJLP	15/03/29	644	0
Debêntures - CTEEP				
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/17	47.472	41.608
Série Única	116% CDI	26/12/18	519.496	498.747
4ª Emissão - Série única	IPCA + 6,04%aa	15/07/21	146.297	0
Outros - CTEEP				
Eletrobras	8% ano	15/11/21	165	196
Arrendamento Mercantil	-	-	199	323
Total Dívida Bruta CTEEP:			1.031.308	878.961
BNDES				
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/23	33.951	37.425
	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/26	34.757	37.132
PINHEIROS	5,5% a.a.	15/01/21	43.549	51.092
	3,50% a.a.	15/04/23	11.923	13.282
	TJLP + 2,1% a.a.	15/02/28	6.116	6.451
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,9% ano	15/05/26	36.383	38.796
	TJLP + 1,5% ano	15/05/26	31.439	33.525
Total Dívida Bruta Subsidiária			198.118	217.703
Total Dívida Bruta Consolidado (R\$ mil)			1.229.425	1.096.664

■ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$mil)

Empresa	Fontes	Vencimentos	Total	Participação CTEEP
IE MADEIRA	ITAÚ BBA	18/03/2025	488.811	249.294
	BNDES	15/02/2030	1.376.657	702.095
	BNDES	15/10/2022	165.024	84.162
	BASA	10/10/2032	313.522	159.896
Dívida Bruta IE Madeira (51% CTEEP)			2.344.013	1.195.447
Disponibilidades			169.155	86.269
Dívida Líquida IE Madeira (51% CTEEP)			2.174.858	1.109.178
IENNE	BB	03/07/2015	16.422	4.106
	BNB	19/05/2030	192.998	48.249
Dívida Bruta IENNE (25% CTEEP)			209.420	52.355
Disponibilidades			149	37
Dívida Líquida IENNE (25% CTEEP)			209.271	52.317
IEGARANHUNS	BNDES	15/12/2028	220.639	112.526
	BNDES	15/08/2023	98.793	50.385
	BNDES	15/12/2028	1.622	827
Dívida Bruta IE GARANHUNS (51% CTEEP)			321.055	163.738
Disponibilidades			20.530	10.470
Dívida Líquida IE GARANHUNS (51% CTEEP)			300.525	153.268
IE SUL	BNDES	15/01/2021	4.518	2.259
	BNDES	15/08/2023	8.663	4.332
	BNDES	15/08/2028	8.281	4.140
	BNDES	15/05/2025	6.850	3.425
Dívida Bruta IE SUL (50% CTEEP)			28.312	14.156
Disponibilidades			578	289
Dívida Líquida IE SUL (50% CTEEP)			27.734	13.867
TOTAL Dívida Bruta (R\$ milhões)			2.902.801	1.425.695
TOTAL Dívida Líquida (R\$ milhões)			2.712.389	1.328.630

Anexo VI – Subsidiárias

Subsidiária	Estado(s)	Entrada em Operação	RAP 2016/2017 (R\$ milhões)	Vencimento do Contrato	Composição Acionária
Interligação Elétrica Minas Gerais	Minas Gerais	Dez/08	16,9	Abr/37	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Pinheiros	São Paulo	(*)	53,8	Out/38	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Serra do Japi	São Paulo	Mar/12	57,9	Nov/39	CTEEP 100%
Evrecy	Minas Gerais Espírito Santo	Nov/08	13,4	Jul/25	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Norte e Nordeste	Tocantins	Jan/11	40,9	Mar/38	Isolux 50% CTEEP 25% CYMI 25%
Interligação Elétrica Sul	Rio Grande do Sul	(**)	16,9	Out/38	CTEEP 50% + 1 ação CYMI 50%
Interligação Elétrica Madeira	Rondônia / São Paulo	(***)	445,6	Fev/39	CTEEP 51% Fumas 24,5% Chesf 24,5%
Interligação Elétrica Garanhuns	Pernambuco	Dez/15	93,5	Dez/41	CTEEP 51% Chesf 49%

(*) Lote H - As subestações de Araras, Getulina e Mirassol entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente.

Lote E - A subestação Piratininga entrou em operação em 26 de dezembro de 2011.

Lote K – A subestação Atibaia II (leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013. A subestação Itapeti (leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

(**) Lote F - A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010.

Lote I - A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º semestre de 2015.

(***) Lote D - Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013 (RAP de R\$ 235,8 milhões)

Lote F - As estações Inversora e Retificadora (contrato de concessão no 015/2009) entraram em operação comercial provisória em 12 de maio de 2014. Os ativos desde Contrato de Concessão foram declarados livres de pendências impeditivas próprias em agosto de 2014. Em função da existência de pendências impeditivas decorrentes de outros agentes (relativas a não conclusão dos estudos conjuntos dos integradores no simulador de estudos elétricos do ONS), tem sido aplicado o fator redutor equivalente a 10% da receita associada ao contrato.

Os testes de comissionamento nas Estações Conversoras de Araraquara e Porto Velho encontram-se em sua etapa final, sendo que a operação comercial completa e a emissão pelo ONS do Termo de Liberação Definitivo estão previstos para o 1º semestre de 2017.

■ VIII – Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.587	3.120	4.503	6.135
Aplicações Financeiras	347.994	230.855	570.381	440.054
Contas a Receber	71.287	139.940	80.974	148.989
Estoques	35.540	38.787	37.788	40.476
Tributos e contribuições a compensar	57.080	4.928	57.350	5.763
Despesas Antecipadas	9.592	6.037	9.631	6.057
Crédito com controladas	4.474	29.500	4.175	29.200
Outros	42.196	50.452	43.603	51.767
	569.750	503.619	808.405	728.441
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	8.988	9.167	8.988	9.324
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.091.074	965.920	1.091.074	965.920
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	244.537	243.042	244.537	243.042
Cauções e Depósitos Vinculados	75.108	66.252	75.117	66.268
Outros	8.491	9.249	21.367	21.306
	1.428.198	1.293.630	1.441.083	1.305.860
Investimentos	1.861.762	1.797.427	1.205.797	1.174.338
Imobilizado	2.435.386	2.371.586	3.187.825	3.149.714
Intangível	82.554	79.701	103.662	102.004
	4.379.702	4.248.714	4.497.284	4.426.056
Total do Ativo	6.377.650	6.045.963	6.746.772	6.460.357

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	32.535	32.530	71.275	71.070
Debêntures	205.168	180.782	205.168	180.782
Fornecedor	31.696	31.824	34.385	34.950
Tributos e Encargos sociais a recolher	78.291	26.825	80.867	28.417
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	17.216	16.200	17.216	16.200
Encargos Regulatórios a recolher	11.838	21.442	11.908	21.821
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	2.457	2.156	2.457	2.156
Provisões	37.913	28.828	39.166	29.757
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.086	6.144	6.086	6.144
Outros	17.166	21.849	21.131	31.015
	440.366	368.580	489.659	422.312
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	285.506	306.076	444.884	485.239
Debêntures	508.097	359.573	508.097	359.573
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	121.947	126.897	121.947	126.897
Encargos Regulatórios a recolher	34.010	28.783	36.944	31.194
Provisões	162.848	189.320	162.848	189.612
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
Total exigível a longo prazo	1.136.461	1.034.702	1.298.773	1.216.568
Participação de Acionista não Controlador	0	0	157.517	178.796
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.372.437	2.215.291	2.372.437	2.215.291
Reservas de Capital	1.217.583	1.277.356	1.217.583	1.277.356
Reservas de Lucros	1.972.102	1.972.102	1.972.102	1.972.102
Lucros/Prejuízos Acumulados	(761.965)	(822.734)	(761.965)	(822.734)
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	4.800.823	4.642.681	4.800.823	4.642.681
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.377.650	6.045.963	6.746.772	6.460.357

■ Anexo IX – Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora					
	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Receita Operacional Bruta	223.790	254.791	(12,2%)	707.598	662.504	6,8%
Disponibilidade da Rede Elétrica	216.999	248.574	(12,7%)	687.505	644.476	6,7%
Outras	6.791	6.217	9,2%	20.093	18.028	11,5%
Deduções à Receita Operacional	(33.748)	(30.924)	9,1%	(100.920)	(83.661)	20,6%
Receita Operacional Líquida	190.042	223.867	(15,1%)	606.678	578.843	4,8%
Custos e Despesas Operacionais	(129.857)	(111.430)	16,5%	(360.925)	(343.040)	5,2%
Pessoal	(71.108)	(67.508)	5,3%	(196.385)	(183.995)	6,7%
Material	(3.115)	(2.260)	37,8%	(9.106)	(6.031)	51,0%
Serviços	(31.494)	(23.007)	36,9%	(78.449)	(63.069)	24,4%
Outros	(24.140)	(18.655)	29,4%	(76.985)	(89.945)	(14,4%)
Resultado Bruto	60.185	112.437	(46,5%)	245.753	235.803	4,2%
Equivalência Patrimonial	20.697	15.376	34,6%	65.687	54.580	20,3%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(137)	(9.797)	(98,6%)	(840)	(25.889)	(96,8%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	80.745	118.016	(31,6%)	310.600	264.494	17,4%
Resultado Financeiro	(27.961)	(20.689)	35,1%	(84.215)	(20.320)	314,4%
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	10.711	16.315	(34,3%)	32.251	54.071	(40,4%)
Resultado de Variação monetária líquida	(5.406)	(8.252)	(34,5%)	(21.567)	15.562	(238,6%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(32.556)	(30.884)	5,4%	(94.151)	(91.914)	2,4%
Outras	(710)	2.132	(133,3%)	(748)	1.961	(138,1%)
Lucro operacional	52.784	97.327	(45,8%)	226.385	244.174	(7,3%)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(10.945)	(45.826)	(76,1%)	(52.779)	(83.883)	(37,1%)
Corrente	(9.721)	(27.090)	(64,1%)	(54.272)	(64.514)	(15,9%)
Diferido	(1.224)	(18.736)	(93,5%)	1.493	(19.369)	(107,7%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	41.839	51.501	(18,8%)	173.606	160.291	8,3%
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	0	0	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	41.839	51.501	(18,8%)	173.606	160.291	8,3%

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Receita Operacional Bruta	255.197	280.977	(9,2%)	809.298	746.008	8,5%
Disponibilidade da Rede Elétrica	249.171	275.326	(9,5%)	791.924	729.594	8,5%
Outras	6.026	5.651	6,6%	17.374	16.414	5,8%
Deduções à Receita Operacional	(36.490)	(32.356)	12,8%	(108.140)	(88.971)	21,5%
Receita Operacional Líquida	218.707	248.621	(12,0%)	701.158	657.037	6,7%
Custos e Despesas Operacionais	(141.885)	(123.388)	15,0%	(394.343)	(377.673)	4,4%
Pessoal	(73.780)	(70.768)	4,3%	(203.854)	(192.917)	5,7%
Material	(3.227)	(2.336)	38,1%	(9.409)	(6.311)	49,1%
Serviços	(33.599)	(24.523)	37,0%	(82.756)	(67.745)	22,2%
Outros	(31.279)	(25.761)	21,4%	(98.324)	(110.700)	(11,2%)
Resultado Bruto	76.822	125.233	(38,7%)	306.815	279.364	9,8%
Equivalência Patrimonial	8.010	7.081	13,1%	17.269	25.936	(33,4%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(137)	(9.797)	(98,6%)	(840)	(26.824)	(96,9%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	84.695	122.517	(30,9%)	323.244	278.476	16,1%
Resultado Financeiro	(25.375)	(19.474)	30,3%	(79.430)	(20.642)	284,8%
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	17.597	21.891	(19,6%)	49.895	67.218	(25,8%)
Resultado de Variação monetária líquida	(5.452)	(8.276)	(34,1%)	(21.431)	15.492	(238,3%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(36.754)	(35.176)	4,5%	(106.968)	(105.301)	1,6%
Outras	(766)	2.087	(136,7%)	(926)	1.949	(147,5%)
Lucro operacional	59.320	103.043	(42,4%)	243.814	257.834	(5,4%)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(12.967)	(47.267)	(72,6%)	(58.246)	(87.785)	(33,6%)
Corrente	(11.743)	(28.531)	(58,8%)	(59.739)	(68.416)	(12,7%)
Diferido	(1.224)	(18.736)	(93,5%)	1.493	(19.369)	(107,7%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	46.353	55.776	(16,9%)	185.568	170.049	9,1%
Participação do Acionista não Controlador	(4.514)	(4.275)	100,0%	(11.962)	(9.758)	22,6%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	41.839	51.501	(18,8%)	173.606	160.291	8,3%

■ Anexo X – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira e IEGaranhuns (51% CTEEP)

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE MADEIRA					
	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Receita Operacional Bruta	137,2	117,5	16,8%	375,7	388,8	-3,4%
Deduções à receita operacional	(17,4)	(14,9)	16,3%	(47,8)	(49,5)	-3,4%
Receita operacional líquida	119,8	102,5	16,9%	327,9	339,4	-3,4%
Custos dos serviços de operação	(18,1)	(8,6)	110,8%	(32,0)	(27,1)	17,9%
Depreciação	(34,2)	(34,1)	0,3%	(102,8)	(102,8)	0,0%
Lucro Bruto	67,5	59,8	12,8%	193,1	209,4	-7,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(1,6)	0,0	0,0%	(1,6)	0,0	#DIV/0!
Resultado Financeiro	(46,6)	(44,4)	5,0%	(154,6)	(147,0)	5,1%
Lucro antes do IR & CSLL	19,2	15,4	24,9%	36,9	62,4	-40,9%
IR & CSLL	(11,3)	(0,6)	-	(15,8)	(9,5)	-
Lucro líquido	7,9	14,8	-46,9%	21,1	52,9	-60,1%
Participação CTEEP	4,0	7,6	-46,9%	10,8	27,0	-60,1%

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	IE GARANHUNS	
	3T16	9M16
Receita Operacional Bruta	27,8	77,7
Deduções à receita operacional	(3,6)	(9,9)
Receita operacional líquida	24,2	67,8
Custos dos serviços de operação	(1,5)	(4,5)
Depreciação	(5,9)	(19,6)
Lucro Bruto	16,8	43,7
Despesas Gerais e Administrativas	(0,8)	(2,8)
Resultado Financeiro	(5,8)	(18,2)
Lucro antes do IR & CSLL	10,2	22,7
IR & CSLL	(1,2)	(4,7)
Lucro líquido	9,1	18,1
Participação CTEEP	4,6	9,2